



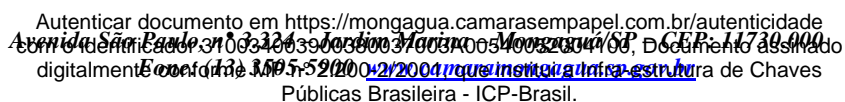
## ANEXO AO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

## TERMO DE REFERÊNCIA

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “A” E “I” DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tecnologia da informação e comunicação, homologada pela ANATEL (Agencia Nacional de Telecomunicações), para prestação de serviços de conexão, operação e manutenção de link de acesso à internet – de redundância - com largura mínima de 600 Mbps, com redundância de links na borda, com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias na semana, mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Câmara Municipal de Mongaguá usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço, incluindo equipamento para balanceamento e redundância entre os links, e suporte técnico pelo período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos., conforme detalhamento abaixo:

ITEM	Descrição	Unid. Medida	Quantitativo	Unidade
1	<p>Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de tecnologia da informação e comunicação, homologada pela ANATEL, para prestação de serviços de conexão, operação e manutenção de link de acesso à internet – de redundância - com largura mínima de 600 Mbps, com redundância de links na borda.</p> <p>Mediante implantação de link de comunicação de dados a ser instalado na Câmara Municipal de Mongaguá usando infraestrutura de fibra óptica, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço, incluindo equipamento para balanceamento e redundância entre os links.</p> <p>Com disponibilidade 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 7 (sete) dias na semana.</p> <p>Suporte técnico pelo período de 12 meses.</p>	Serviço (anual)	12	Mês





1.4. O custo estimado total da contratação está apresentado no anexo I do Estudo Técnico Preliminar – Quadro de cotações.

2.3. Para evitar transtornos relacionados à indisponibilidade do serviço de internet, ocasionado por problemas nos serviços das operadoras, a presente contratação prevê a aquisição de um link de redundância, disponibilizado por operadora distinta da atual contratada para o fornecimento do link principal – conforme contrato anexo no processo administrativo 006/2024.2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações.





3.2. Ressalta-se ainda que, com a transmissão ao vivo das sessões da Câmara em diferentes plataformas de redes sociais, torna-se imprescindível ter um link de internet de redundância para garantir a disponibilidade do serviço para a população.

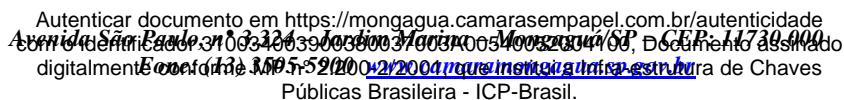
**4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “D”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

4.1.1 Atender aos critérios e política de sustentabilidade ambiental, devendo estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes referentes ao critério de sustentabilidade ambiental.

## 5. DA PROPOSTA

5.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A participação no presente processo de compra ocorrerá, por meio do Sistema Portal de Compras, ferramenta informatizada integrante do sistema eletrônico de









e) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que exista alguma restrição.

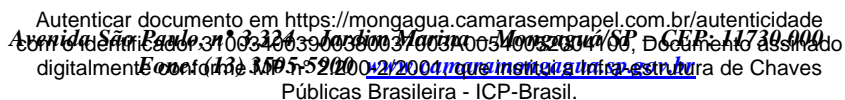
6.3.1. Os documentos exigidos, somente serão aceitos dentro da data de validade neles assinalados, na hipótese de não constar nos documentos o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data de publicação do Aviso de Contratação Direta.

6.3.3. Os documentos emitidos via Internet dispensam autenticação, desde que apresentados em seu original, ficando a critério da Câmara Municipal a comprovação da veracidade dos mesmos e desde que estejam dentro do prazo de validade;

6.3.5. Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste termo de referência.

7.2. Os prazos para a liquidação da despesa e pagamento são de até 5 (cinco) dias úteis, a contar:

### 7.2.2. Da liquidação da despesa, no caso do pagamento.







## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ ESTADO DE SÃO PAULO

7.3. Para os fins de liquidação da despesa, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

7.3.1. O prazo para a liquidação da despesa previsto no item 7.2.1 poderá ser prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3.2. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de contagem do prazo para a liquidação da despesa.

7.3.3. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita. Ou ainda, poderá haver o pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do Termo de Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Termo, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

### **8. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “E” E ART. 40, §1º, INCISO II, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

8.1. Condições para execução dos serviços:

8.1.1. O contratado deverá atender a todos os requisitos descritos nesse termo, inclusive toda a documentação especificada.

8.1.2. O contratado deve garantir a conexão 24 horas por dia e 07 dias por semana;

8.1.3. O contratado deve garantir o total da banda larga contratada (no mínimo de 600 Mbps) em link simétrico, com mesma velocidade de *download* e *upload*;

8.1.4. O contratado deve seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para provimento de acesso à internet e demais normas, quando couber;

8.1.5. O contratado deve fornecer o serviço em fibra-óptica, vedada a utilização de qualquer outra tecnologia de acesso;

8.1.6. A Contratada se responsabilizará pelo fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários a prestação do serviço;



Autenticar documento em <https://mongagua.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
Emissão: 2023-03-24 10:30:30 - 2023-03-24 10:30:30, Documento assinado digitalmente em 2023-03-24 10:30:30 - 2023-03-24 10:30:30  
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





8.4. A Contratada deverá disponibilizar os serviços do objeto desta licitação, não repassando a terceiras quaisquer responsabilidades sobre o funcionamento dos mesmos.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (§2º do art. 44 da IN nº 5, de 2017).







9.5. Após a assinatura do termo de contrato, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## Da Fiscalização do Contrato

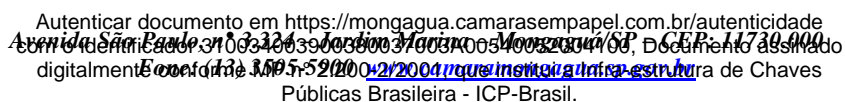
9.7.1. O Fiscal do Contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

9.7.3. O Fiscal do Contrato informará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do Contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do Contrato.

9.7.5. O Fiscal do Contrato comunicará ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

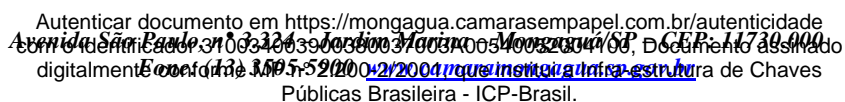
9.8. O Fiscal do Contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





## Gestor do Contrato

9.11. O Gestor do Contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.





9.16. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ ESTADO DE SÃO PAULO

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações dos subitens anteriores;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ ESTADO DE SÃO PAULO

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021):

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes e atenuantes;

10.9.4. Os danos que dele provierem para o Contratante;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano à Administração Pública.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.



Autenticar documento em <https://mongagua.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
Atividade nº 310634033900300300300500300400, Documento assinado digitalmente em 15/05/2020 às 15:52:00 por [Maurício Moreira](#), Presidente da Câmara Municipal de Mongaguá - SP, CEP: 11730-000.





11.1. No caso de todos os licitantes restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

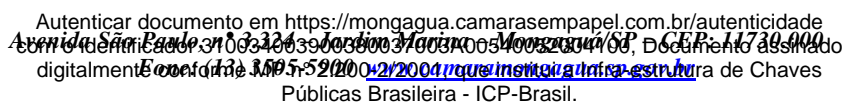
11.2 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília, DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos pela seguinte dotação: 01.01.00.01.031.0001.2002.3.3.90.40.99

Adriana Cristina Vargas Rodrigues  
Diretora de Relações Institucionais

Sérgio Silvestre Rodrigues  
Presidente da Câmara







# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE MONGAGUÁ ESTADO DE SÃO PAULO



Autenticar documento em <https://mongagua.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
Código de Verificação: 3106306390039003700300540032004700 Documento assinado digitalmente em 15/05/2020 às 15:59:20 por <https://mongagua.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
Cidade de Mongaguá - SP - CEP: 11730-000  
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

